

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.899 - DF (2020/0274552-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : RAQUEL PUTTINI MACHADO
ADVOGADO : GIOVANNI FIALHO NETTO - DF059530
AGRAVADO : COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO
DISTRITO FEDERAL
ADVOGADO : RENATA LOBOSQUE AQUINO - DF043421

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por RAQUEL PUTTINI MACHADO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. CAESB. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DA TAXA DE RELIGAMENTO NÃO CONHECIDO. INOVAÇÃO A LIDE. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO. DÉBITOS PRETÉRITOS. CULPA CONCORRENTE DA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS INDEVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.

1. A inclusão de novo pedido nas razões recursais, ainda que decorrente de fato novo ocorrido após a prolação da sentença, importa em inovação a lide, em flagrante violação aos princípios da estabilidade objetiva da lide, do contraditório e da ampla defesa, não podendo esta instância julgadora proceder com qualquer análise da matéria, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

2. Os danos morais devem ser compreendidos como aqueles que afetam os direitos da personalidade, assim considerados aqueles relacionados com a esfera íntima da pessoa, cuja violação causa humilhações, vexames, constrangimentos, frustrações, dor e outros sentimentos negativos. Pode ser definido como a privação ou lesão de direito da personalidade, independentemente de repercussão patrimonial direta, desconsiderando-se o mero mal-estar, dissabor ou vicissitude do cotidiano, sendo que a sanção consiste na imposição de uma indenização, cujo valor é fixado judicialmente, com a finalidade de compensar a vítima, punir o infrator e prevenir fatos semelhantes que provocam insegurança jurídica. 2.1. No caso em tela, em que pese o corte no fornecimento de água na residência da autora, esta expressamente confessa ser devedora de variadas parcelas (dez) junto a concessionária deste serviço, tendo inequivocamente contribuído para o fato que agora questiona, o que torna

improcedente a pretensão por reparação decorrente de d anos morais.

3. Apelação conhecida, mas desprovida.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927 do CC, no que concerne à configuração de dano moral, independente de prova, por tratar-se de dano *in re ipsa*, trazendo, em síntese, os seguintes argumentos:

7. No caso em testilha, o dano é presumido; portanto, independe de prova nesse sentido: é o denominado dano *in re ipsa*.

8. Quanto ao nexo de causalidade, este se encontra bem delineado no presente caso. O nexo causal é o liame entre a conduta e o resultado. Assim, é o elemento o qual aponta o causador do dano.

9. Desse modo, o elemento o qual foi o causador do dano no caso em voga, foi o desligamento da água encanada da residência da RECORRENTE, de modo arbitrário, ilegal, gerando-lhe desconforto, vendo-se na necessidade de servir-se de favores de vizinhos para poder realizar os afazeres domésticos mínimos de higiene e cocção. Portanto, a conduta da REORRIDA a qual foi dolosa, ocasionou dano moral.

10. A jurisprudência é pacífica no sentido de ser indevido e abusivo o corte do fornecimento de água em decorrência de débitos PRETÉRITOS (como na espécie!), situação essa que gera dano moral IN RE IPSA (fls. 211).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Como se nota, este Colegiado não acolheu a tese recursal de que os danos morais são presumíveis nas hipóteses de corte de fornecimento de água, restando claramente registrado que, quando se tratar de consumidor previamente inadimplente (ainda que o corte tenha se dado por débitos antigos em aberto), não cabe a condenação da fornecedora, em decorrência da culpa concorrente (fls. 205)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente